

mercado

Inflação encosta em 2 dígitos após maior alta em 21 anos

Com reajustes disseminados, IPCA vai a 0,87% em agosto e a 9,68% em 12 meses

Leonardo Viecelli

RIO DE JANEIRO A inflação oficial do país, medida pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), alcançou a maior taxa para agosto (0,87%) em 21 anos e, com o resultado, encostou em dois dígitos no acumulado de 12 meses (9,68%). É o que apontam os dados divulgados nesta quinta-feira (9) pelo IBGE.

Na visão de economistas, o quadro reflete uma difusão maior da alta de preços entre os setores da economia. Analistas do mercado financeiro ainda evitam falar em descontrolado inflacionário, mas passaram a elevar suas projeções para o IPCA tanto em 2021 quanto em 2022.

Tudo isso ocorre no momento em que o Brasil amarga uma crise hídrica prolongada, que encarece as contas de luz, e um acirramento da tensão política, que impacta a taxa de câmbio.

Segundo o IBGE, a alta de 0,87% em agosto é a maior para o IPCA desde 2000. O resultado, associado principalmente ao aumento da gasolina, veio após um avanço ainda mais forte em julho, de 0,96%.

Mesmo com a desaceleração, a taxa de agosto ficou acima das expectativas do mercado. Analistas consultados pela agência Bloomberg projetavam variação de 0,71%.

Ao chegar a 9,68% no acumulado de 12 meses, o IPCA ampliou a distância do teto da meta de inflação perseguida pelo Banco Central. No acumulado até julho, a variação estava em 8,99%.

O teto da meta em 2021 é de 5,25%. O centro, de 3,75%.

“É um quadro preocupante. Estamos passando por uma seca muito grande e tivemos uma forte alta do dólar, que impacta combustíveis e atinge outros setores da cadeia produtiva. O resultado de agosto mostrou um aumento mais generalizado nos preços”, diz a economista Vivian Almeida, professora do Ibmec/RJ.

A alta de preços mais disseminada pode ser medida pelo índice de difusão do IPCA. Conforme o IBGE, o indicador, que analisa o percentual de itens com aumentos nos valores, passou de 64% em julho para 72% em agosto.

Foi a primeira vez em 2021 que o indicador acima de 70%. Em dezembro do ano passado, o índice de difusão também estava em 72%.

Oito dos nove grupos de produtos e serviços pesquisados pelo IBGE subiram em agosto, com destaque para o segmento de transportes. Puxado pelos combustíveis, esse ramo registrou a maior variação (1,46%) e o maior impacto (0,31 ponto percentual) no índice geral do mês.

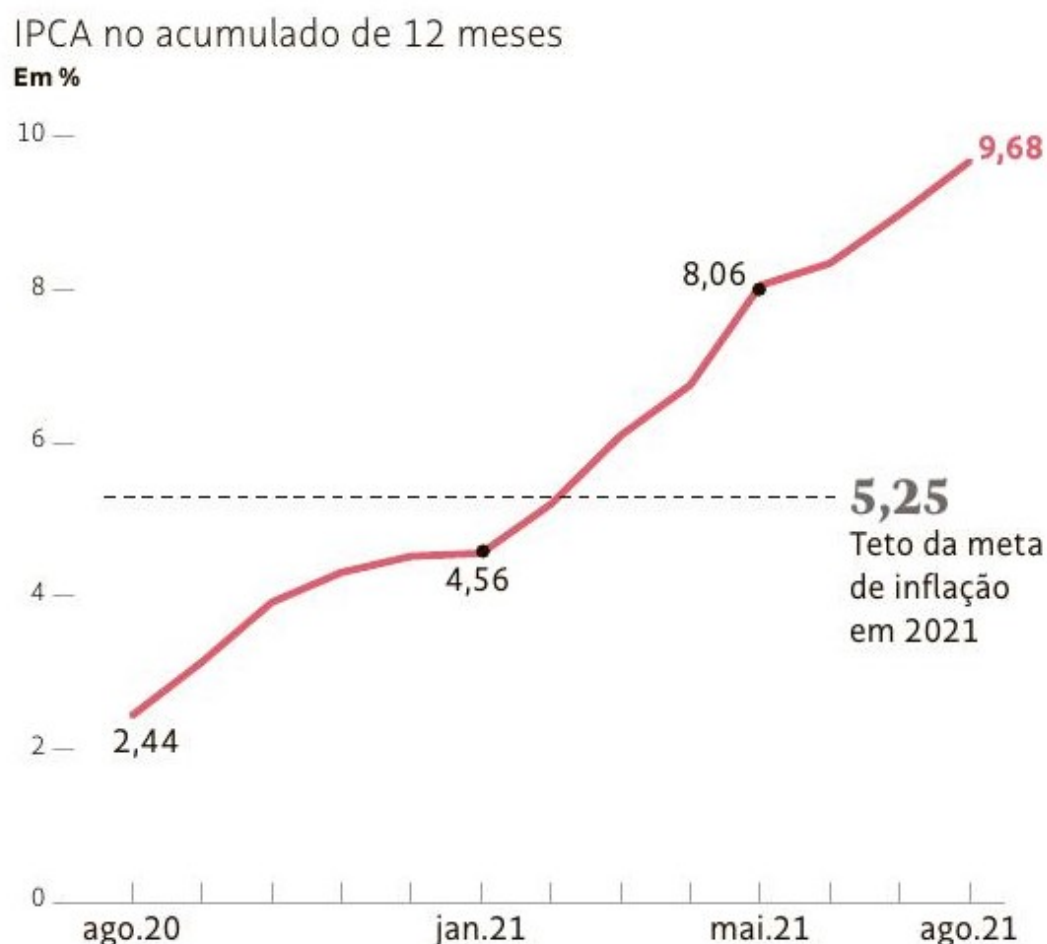
Dentro de transportes, a gasolina subiu 2,80%. O combustível, aliás, teve o principal impacto individual (0,17 p.p.) no IPCA de agosto.

“O preço da gasolina é influenciado pelos reajustes aplicados nas refinarias de acordo com a política de preços da Petrobras. O dólar, os preços no mercado internacional e o encarecimento dos biocombustíveis são fatores que influenciam os custos, o que acaba sendo repassado ao consumidor final”, disse André Felipe Guedes Almeida, analista da pesquisa do IBGE.

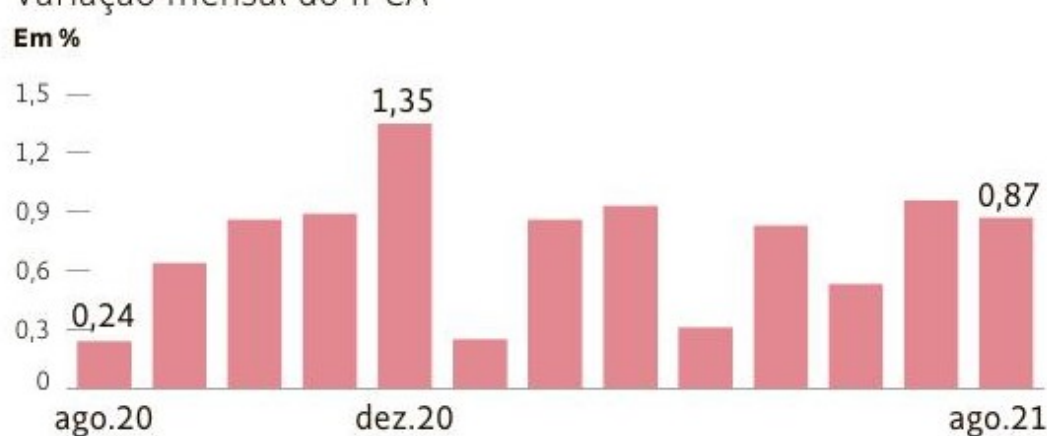
A segunda maior contribuição entre os grupos (0,29 ponto percentual) veio de alimentação e bebidas (1,39%), que acelerou em relação ao mês anterior (0,60%).

Conforme Almeida, o avanço nos preços de alimentos pode ser associado, em par-

Escalada da inflação



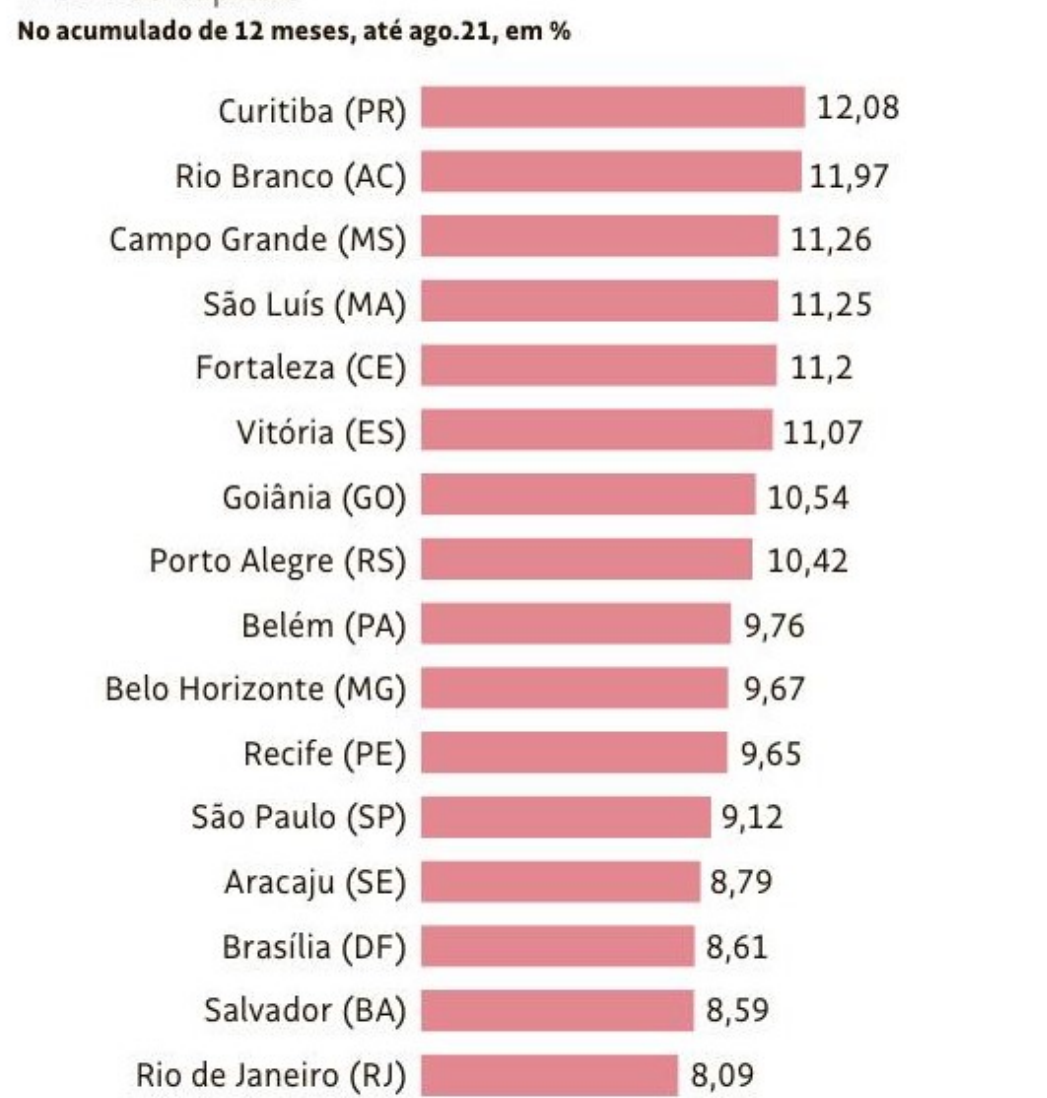
Variação mensal do IPCA



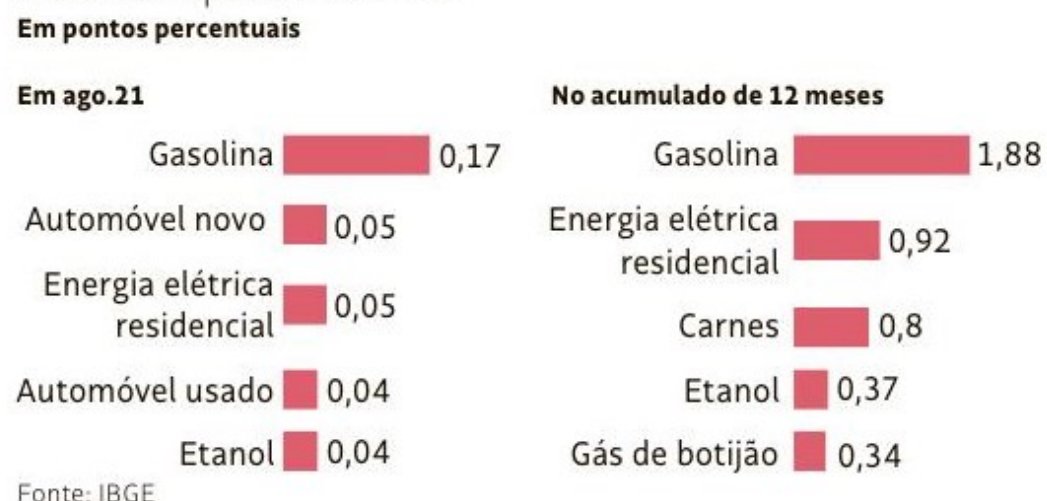
Inflação por grupos



IPCA nas capitais



Maiores impactos no IPCA



te, ao dólar elevado e aos fenômenos climáticos adversos, incluindo as geadas de julho. Na ocasião, o frio intenso danificou plantações diversas, de milho e café a hortaliças.

O grupo habitação, por sua vez, teve variação de 0,68% e impacto de 0,11 ponto em agosto. O resultado ficou abaixo de julho (3,10%). A variação do grupo ainda foi influenciada pela alta da energia elétrica (1,10%), mesmo com a de-

saceleração do item em relação ao mês anterior (7,88%).

A escalada do IPCA ganhou corpo ao longo da pandemia. Em um primeiro momento, houve disparada de preços de alimentos e, em seguida, avanço de combustíveis. Alta do dólar, estoques menores e avanço das commodities ajudam a explicar o comportamento dos preços.

Não bastasse essa combinação, a crise hídrica também

passou a ameaçar o controle da inflação neste ano. É que a escassez de chuva força o acionamento de usinas térmicas, o que eleva os custos de geração de energia elétrica. O reflexo é a luz mais cara.

Em uma tentativa de frear a inflação, o Copom (Comitê de Política Monetária do BC) passou a subir a taxa básica de juros (Selic). Em agosto, o colegiado confirmou alta de um ponto percentual na Selic, para 5,25% ao ano.

Os preços em patamar alto, em um ambiente de juros maiores, desemprego acentuado e renda fragilizada, jogam contra o consumo das famílias e os investimentos das empresas.

Para parte dos analistas, o país corre o risco de embarcar em um período de estagflação nos próximos meses. O fenômeno é caracterizado por combinar fraqueza econômica e preços em alta.

“A conjunção de crise hídrica com elevação forte dos juros causa sensação de estagflação iminente”, apontou recente relatório da consultoria MB Associados.

Analistas também demonstram preocupação com a turbulência política. A crise protagonizada pelo governo pressiona o dólar para cima, o que impacta preços de itens como combustíveis.

Na avaliação do economista-chefe do Banco Original, Marco Caruso, além dos reflexos no câmbio, a tensão política também traz incertezas sobre a condução da política fiscal às vésperas das eleições de 2022. Após a divulgação do IPCA de agosto, o Original revisou para cima suas projeções para o índice de inflação.

A alta prevista em 2021 passou de 7,85% para 8,5%.

O aumento de preços de produtos considerados básicos para a alimentação das famílias tem levado os supermercados a ampliar o número de marcas, de modo a oferecer mais opções.

Segundo o vice-presidente da Abras (Associação Brasileira de Supermercados), Marcio Milan, o movimento vem sendo observado há pelo menos quatro meses e aparece principalmente em itens como arroz, feijão, café em pó, açúcar, frango e ovos.

No caso do arroz, de 6 a 7 marcas, em média, os estabelecimentos passaram a oferecer até 12 opções. O monitoramento da entidade indica que, em julho, essa maior variedade permitiu que o consumidor encontrasse pacotes de cinco quilos custando de R\$ 17,50 a R\$ 28. “Para este momento de alta de preços, essa foi uma das alternativas para o consumidor ter mais opções.”

Café em pó e leite já estão aparecendo com até dez marcas diferentes, no caso do primeiro, e sete, no segundo, o dobro do que costuma ser oferecido, segundo a Abras.

De janeiro a julho, a variação é de 5,29%. O produto com maior alta em todo o Brasil, na passagem de junho para julho, foi o tomate, com 22,8%. Em 12 meses, subiu 50,95%.

Colaborou Fernanda Brigatti, de São Paulo

Índice supera 10% em 12 meses em 8 das 16 capitais pesquisadas

A maior taxa até agosto, de 12,08%, foi registrada em Curitiba (PR). Depois, Rio Branco (AC) registrou a segunda principal alta entre as regiões: 11,97%. Campo Grande (MS) veio na sequência, com 11,26%.

BC pode acelerar aumento do juro com avanço do IPCA e do risco político

Eduardo Cucolo, Clayton Castelani e Leonardo Viecelli

SÃO PAULO RIO DE JANEIRO Economistas já consideram que o Banco Central pode acelerar o ritmo de alta de juros diante do aumento de pressões inflacionárias e de um risco fiscal e político maior. Os juros futuros tiveram forte alta nesta quinta (9) após a divulgação de novos dados sobre a inflação no país.

Até a semana passada, a expectativa majoritária para a reunião do Copom (Comitê de Política Monetária) do próximo dia 22 era um novo aumento de um ponto percentual na taxa básica. Agora, muitos analistas já projetam elevação de 1,25 ponto na Selic, dos atuais 5,25% para 6,5% ao ano.

Nesta quinta-feira (9), o IBGE informou que o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) atingiu em agosto o maior patamar em 21 anos, com uma inflação acumulada de quase 10% em 12 meses.

De acordo com pesquisa Focus do BC, a mediana das estimativas para a Selic está em 7,625% ao ano para o fim de 2021, sendo que as projeções mais pessimistas são de 8,5% ao ano.

A curva de juros futuros mostra que o mercado financeiro ajustou a taxa para um ano de 8,575% na quarta (8) para 9,110% ao ano nesta quinta. A de 30 dias subiu de 5,992% para 6,188%. A previsão para cinco anos passou de 10,54% para 10,72% ao ano.

O banco Goldman Sachs diz esperar um aumento de pelo menos um ponto percentual na reunião do Copom. Segundo a instituição, a disseminação mais rápida das pressões inflacionárias, a expectativa de um estímulo fiscal adicional e maiores prêmios por causa do risco político devem levar o BC a antecipar o caminho para uma taxa de juros acima de neutra.

“É necessária uma maior normalização da política monetária com uma trajetória antecipada em direção a uma postura de política restritiva”, diz o banco em relatório.

Étore Sanchez, economista-chefe da Ativa Investimentos, já projetava que o BC deveria acelerar o ritmo de alta da Selic para 1,25 ponto percentual na próxima reunião, mesmo antes da divulgação do IPCA de agosto.

A expectativa dele é outro aumento da mesma magnitude no Copom de outubro e mais uma alta de 0,75 ponto em dezembro, com a taxa básica em 8,5% ao ano no fim de 2021.

André Perfeito, economista-chefe da Necton Investimentos, também manteve a projeção de alta de 1,25 ponto para a próxima reunião do Copom.

O economista-chefe do Banco Original, Marco Caruso, ainda espera alta de um ponto na próxima reunião, mas diz não excluir a possibilidade de aumento maior.

“A deterioração das expectativas para o horizonte relevante de política monetária aumenta a probabilidade de que o Banco Central tenha que ser ainda mais duro em suas próximas decisões e comunicações”, afirma. “Projetamos Selic a 8% ao final deste e do próximo ano, mas destacamos que as pressões inflacionárias adicionais trazem viés de alta para as nossas projeções.”

Para o Banco ABC Brasil, a magnitude da deterioração do quadro corrente para a inflação e a consequente piora nas expectativas para o ano que vem demandam uma postura mais firme do

BC na condução da política monetária, com aumento do ritmo de alta na taxa Selic na reunião do Copom deste mês.

Há cerca de 30 dias, o diretor de Política Monetária do BC, Bruno Serra, disse que a autoridade monetária fará o que for necessário para levar a inflação para a meta em 2022 e 2023 e não descartou acelerar ainda mais o ritmo de alta da taxa básica caso o cenário econômico piore.

Em evento realizado mais cedo nesta quinta, economistas do FGV Ibre (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas) afirmaram que o BC não será capaz de combater a inflação e controlar as expectativas do mercado sem a ajuda do governo federal como um todo.

“Ele [BC] vai ter que subir mais os juros, infelizmente, e não dá para acreditar que isso é culpa do BC. Temos de colocar a culpa em quem realmente merece. Os juros vão continuar subindo, a gente não sabe onde vai parar”, disse a economista Silvia Matos, coordenadora do Boletim Macro do FGV Ibre, durante o 3º Seminário de Análise Conjuntural da instituição, em parceria com o jornal O Estado de S. Paulo.

O economista José Júlio Senna, também do FGV Ibre, disse que não seria necessário um aumento de juros tão expressivo para combater a inflação se outras áreas do governo jogassem contra o trabalhado BC.

“Sem a ação do governo, acalmando os ânimos, o BC sozinho não vai resolver essa parada. Não há a menor chance. Toda a confusão política que está armada agrava muito o problema.”

Uma taxa de juros nesse patamar torna ainda mais difícil o cenário para investimentos de maior risco, como renda variável e fundos multimercado. Por outro lado, favorece a renda fixa.

Importante lembrar que uma taxa de 8,75% ao ano, caso isso ocorra, faz com que a caderneta de poupança volte a render 0,5% ao ano mais TR. Atualmente, ela paga um percentual da Selic, mais TR ao mês.

“Ele [BC] vai ter que subir mais os juros, infelizmente, e não dá para acreditar que isso é culpa do BC. Temos de colocar a culpa em quem realmente merece. Os juros vão continuar subindo, a gente não sabe onde vai parar”

Silvia Matos, economista, coordenadora do Boletim Macro do FGV Ibre

“Sem a ação do governo, acalmando os ânimos, o BC sozinho não vai resolver essa parada. Não há a menor chance. Toda a confusão política que está armada agrava muito o problema”

José Júlio Senna, economista do FGV Ibre